

Cinquenta partidos estão à espera de registro no TSE

Cláusula de barreira não deverá inibir que iniciativas continuem a prosperar no País, de olho numa fatia do Fundo Partidário

BRASÍLIA

No último dia útil de 2016, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou o 50º pedido para criar uma agremiação política no Brasil, o Partido Democrático dos Servidores Públicos (PDSP).

Além desta, outras 49 aguardam análise da Corte para saber se poderão participar de disputas e ter acesso a um quinhão do Fundo Partidário, mesmo após o Senado aprovar medida que restringe os direitos de siglas que não atingirem patamar mínimo de votos.

A reportagem procurou representantes de todas as siglas. Os 25 que responderam indicaram que a chamada cláusula de barreira não vai inibir que iniciativas como a dos entusiastas do PDSP continuem a prosperar no País.

A maior parte dos postulantes afirma não temer as implicações da nova regra e nenhum deles pretende desistir do pedido no TSE.

“Essa barreira não nos atinge”, afirma José Eloy da Silva, presidente do Partido da Mobilização Popular (PMP). “Os partidos podem até diminuir, mas não vão acabar”, disse.



MINISTROS do Tribunal Superior Eleitoral terão que decidir sobre os 50 pedidos de criação de legendas partidárias

A cláusula de barreira, aprovada na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma política, determina que cada sigla obtenha, no mínimo, 2% dos votos válidos no País para ter direito à verba do Fundo Partidário e ao tempo de propaganda em rádio e TV.

A meta deve ser alcançada em 14 estados e, a partir de 2022, o percentual aumenta para 3%. Para valer em 2018, porém, a proposta precisa passar pela Câmara.

Para Andréa Freitas, cientista política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o número considerado excessivo de partidos se deve a erros do próprio TSE, que em 2012 permitiu que o recém-criado PSD tivesse acesso a uma fatia maior do Fundo Partidário.

“Depois da explosão de partidos em 2012 ou 2013, é necessário que a gente limite o acesso de dinheiro. Partido virou uma máquina. Você cria partidos para fazer negócio,

quando deveria ser criado se o sujeito olha para a política e vê falta de representação”, disse.

Um dos pontos da PEC usado como argumento para que siglas continuem a procriar é a criação das federações de partidos, que substituiriam as atuais coligações. Com isso, legendas que não atingirem o mínimo de votos podem se unir e ter funcionamento parlamentar como bloco. Assim, também têm acesso ao Fundo Partidário.



RECEBA NOVIDADES

Coloque seu e-mail para receber novidades no seu e-mail

PÁGINA convida eleitor a se filiar

Discurso do “não político” entre as novas propostas

Outra característica que se espalha pelos novos partidos é o discurso do “não político” e do cidadão comum. O Movimento Cidadão Comum (MCC) é quem radicaliza esse conceito. O partido se declara “herdeiro institucional das Jornadas de Junho de 2013” e prega a participação de cidadãos fora do circuito político tradicional - até mesmo por meio da chamada democracia direta.

Eles defendem, por exemplo, a criação de “governos paralelos” para acompanhar e se contrapor aos governos eleitos. No programa do partido consta a renúncia ao Fundo Partidário e ao financiamento empresarial.

Entre as siglas, vale destacar o Partido Alternativo dos Trabalhadores (PAT). Embora o nome faça uma clara referência ao PT, a legenda parece flertar com a centro-direita. Nada no PAT é vermelho. As cores são o verde e o amarelo.

O estatuto do partido diz que a legenda traz “o fôlego para ser o apoio dos menos favorecidos, dos injustiçados, dos tímidos, daqueles que se encontram cansados e desamparados...”

Ao tentar se afastar dos embates entre direita e esquerda, os Patriotas formam uma legenda que se autodenomina “centralista, seguidores do caminho do meio e o bom senso”. Em uma linha parecida vai o Partido Brasileiro (PB). Embora não queiram ser enquadrados ideologicamente, o Facebook do PB ressalta que “a nossa bandeira jamais será vermelha”.

A questão da segurança pública também está na pauta dos partidos. O Força Brasil (FB), por exemplo, destaca em seu programa que é a favor que menores, a partir dos 11 anos, respondam por crimes como se fossem adultos.



ELEITORA vota em urna eletrônica

Sopa de letrinhas de todos os tipos

A lista dos partidos em formação, disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), parece uma combinação aleatória de letrinhas, fruto de um gerador automatizado de siglas.

Em regra, o que vem depois do “P” (de partido) continua sendo aquelas mesmas variações de “democrata”, “cristão”, “trabalhista”, “social” ou “nacional”. Claro, vez ou outra, surge um nome diferente e sugestivo - algo como “Animais”, “Piratas”, “Puma” e “Manancial”.

Também é possível encontrar partidos cujo público-alvo parece

bem específico, como o PSPP (Partido do Servidor Público e Privado) ou o Inova Brasil, que se apresenta como a sigla do pequeno e microempresário.

Hoje, são 50 legendas ainda em processo de coleta de assinaturas. A família, a religião e a defesa do cidadão de bem estão no receituário da maioria delas. Ideologicamente, destaca-se um bloco que se autodenomina de centro-direita.

No programa do Partido Conservador (Paco) é possível encontrar princípios como “a defesa da família e dos valores cristãos” -

bem como a defesa “da vida desde a concepção até a morte natural”. Na mesma linha está o Manancial, partido que prega a “fé em Deus” e se descreve como defensor da “democracia liberal, da moral judaico-cristã e da liberdade individual”.

A palavra “cristão” ou “cristã” aparece em seis siglas: Partido Democrata Cristão (PDC); União da Democracia Cristã do Brasil (UDCdoB); Partido Liberal Cristão (PLC); Partido Progressista Cristão (PPC); Partido Ecológico Cristão (PEC) e Partido Republicano Cristão Brasileiro (PRCB).